



Seu País

A enésima tentativa

SEGUNDO TURNO A oposição aposta na nova rodada de vazamentos do caso Petrobras

DE INTENSIDADES e efeitos diferentes, as denúncias de corrupção às vésperas das eleições tornaram-se uma aposta recorrente da oposição na tentativa de apejar o PT do poder. Foi assim nas duas disputas anteriores. Não é diferente agora. No início do segundo turno, o escândalo da Petrobras voltou com força ao noticiário. E justamente em um momento acirrado da corrida presidencial. As primeiras pesquisas apontam uma vantagem do tucano Aécio Neves em relação à presidenta Dilma Rousseff, dentro da margem de erro. O Ibope registrou 51% para Aécio contra 49% da petista. O Datafolha alcançou o mesmo resultado.

Os primeiros passos foram dados com o depoimento da contadora Meire Pouza na CPI da Petrobras e com o vazamento das declarações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa na apuração da Lava Jato. Um dos réus que optaram pela delação premiada, Youssef prestou depoimento na quarta-feira 8 no processo sobre possíveis desvios nas obras da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo o doleiro, reuniões na casa de políti-

cos determinavam os termos do esquema e até atas eram produzidas para determinar a distribuição de dinheiro a campanhas do PT, PMDB e PP na eleição de 2010. "Fazíamos reuniões em hotéis, no Rio ou em São Paulo ou na própria casa dos agentes políticos." A nomeação de Paulo Roberto Costa para a diretoria de Abastecimento da estatal foi resultado da pressão exercida por partidos da base aliada, afirma Youssef. "Para que Paulo Roberto Costa assumisse a cadeira de diretor de Abastecimento esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias. Na época era o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou louco, teve de ceder e realmente empossar o Paulo Roberto." À época da nomeação de Costa, o responsável pelos acordos políticos na base aliada era o ministro das Relações Institucionais, Aldo Rebelo, e o líder do PT da Câmara, o deputado Arlindo Chinaglia.

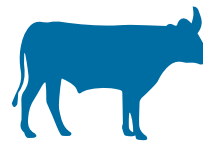
Também na quarta, Costa revelou à Justiça do Paraná detalhes do esquema de desvio de dinheiro público supostamente instalado na Petrobras. Segundo ele, existia um cartel em operação na



**PT, PMDB e PP
na mira de Paulo
Roberto Costa**



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Denúncia. Eunício Oliveira, do PMDB, ergue um latifúndio com bois fantasmas

Trio. Costa, o doleiro Alberto Youssef e a contadora Meire Poza em delação premiada

petroquímica formado pelas principais empreiteiras do País. Costa revelou ao juiz Sérgio Moro os pormenores das negociações envolvendo essas empresas, diretores da Petrobras e políticos do PT, PP e PMDB. Segundo ele, para cada contrato firmado pela estatal, 3% do valor era destinado ao pagamento de políticos e diretores. No caso da diretoria comandada por ele, 2% ficavam com o PT e 1% com o PP. “Do 1% para o partido, 20% para despesas às vezes de emissão de nota fiscal e para envio e 20% restantes eram repassados assim, 70% para mim e 30% para o Janene ou Alberto Youssef.”

Em um dos casos ilícitos, citou Costa, 500 mil reais foram repassados diretamente pelo presidente da Transpetro, Sérgio Machado. O presidente da subsidiária da Petrobras foi indicado por Renan Calheiros. Ainda segundo o delator, no caso do PT, o dinheiro era encaminhado ao tesoureiro João Vaccari via o diretor de Serviços da estatal, Renato Duque, indicado por José Dirceu.

Enquanto os delatores prestavam depoimento na Justiça, a ex-contadora de Youssef, Meire Poza, admitia à CPI ter emitido 7 milhões de reais em notas frias relativas a serviços prestados a empresas do doleiro e reiterou o envolvimento do doleiro com políticos e Costa. A contadora afirmou que o PT repassou dinheiro para Enivaldo Quadrado, parceiro de Youssef, pagar a multa imposta pelo Supremo Tribunal Federal no processo do “mensalão”. Meire afirma ter ido três vezes à casa do jornalista Breno

Altman para pegar 15 mil mensais para repassar a Quadrado. Ainda em relação ao caso, a contadora diz ter guardado, a pedido do condenado no “mensalão”, um contrato que depois seria usado pela revista *Veja* como prova da suposta chantagem feita contra petistas. O contrato, apreendido pela PF em seu escritório, é relativo a um empréstimo de 6 milhões de reais entre a 2 S Participações Ltda., empresa de Marcos Valério, e a Expresso Nova Santo André, do empresário do setor de transportes Ronan Maria Pinto. Afirmou, contudo, desconhecer qual seria o objetivo da guarda do contrato. Ainda em seu depoimento, a ex-contadora de Youssef desmentiu vários pontos da reportagem publicada na véspera do primeiro turno pela revista *Veja*. “Eu não disse o que *Veja* colocou. Não disse que Youssef tinha ascendência sobre prefeituras do PT.” Meire confirmou que o doleiro mantinha contato com o ex-ministro das Cidades Mário Negromonte, do PP, a quem teria indicado a compra de uma empresa de monitoramento de veículos em Goiânia. Ela afirmou ainda ter feito pagamentos ao deputado André Vargas, ex-PT, e a familiares de Luiz Arrolô, do Solidariedade.

Em nota divulgada por sua assessoria de imprensa, o PT desmente a totalidade das ilações sobre repasses financeiros originados de contratos com a Petrobras e repudia com veemência e indignação as declarações caluniosas do réu Paulo Roberto Costa. Em outro comunicado, o tesoureiro João Vaccari Neto diz nunca ter tratado de contribuições financeiras do partido com Costa. O presidente da Transpetro, Sérgio Machado, também nega as declarações de Costa e ressalta o estranhamento com o fato de que as declarações estejam sendo divulgadas em pleno processo eleitoral. • - Fabio Serapião

LUIS MACEDO, JOEDSON ALVES/ISTADÃO CONTEÚDO E GABRIELA KOROSSY

